



A PATRIMONIALIZAÇÃO E A HISTORICIDADE DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES MODERNISTAS PROJETADAS POR OSCAR NIEMEYER EM MINAS GERAIS

Bruno Batista Fioravante

Dossiê "História e
Patrimônio na América
Latina: Diálogos críticos"

A patrimonialização e a historicidade das edificações escolares modernistas projetadas por Oscar Niemeyer em Minas Gerais

The heritage and historicity of modernist school buildings designed by Oscar Niemeyer in Minas Gerais

La herencia y la historicidad de los edificios escolares modernistas diseñados por Oscar Niemeyer en Minas Gerais

Bruno Batista Fioravante¹

Resumo: O presente artigo pretende trabalhar a historicidade e a patrimonialização das escolas modernistas em Minas Gerais projetadas, através do IPAC-MG realizado pelo IEPHA, pelo arquiteto Oscar Niemeyer nos municípios de Belo Horizonte, Cataguases e Diamantina. Em especial, as seguintes instituições: Escola Estadual Governador Milton Campos, Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto, Escola Estadual Júlia Kubitschek. Busca-se estabelecer ligações entre as políticas de proteção patrimonial, na articulação entre a memória, políticas públicas e identidade.

Palavras-chave: Patrimonialização. Identidade. Patrimônio Cultural. Memória. Modernismo.

Abstract: This article intends to work on the historicity and patrimonialization of the modernist schools in Minas Gerais designed by the architect Oscar Niemeyer in the municipalities of Belo Horizonte, Cataguases and Diamantina. In particular, the following institutions: Governador Milton Campos State School, Manuel Inácio Peixoto State School, Júlia Kubitschek State School. It seeks to establish links between heritage protection policies, in the articulation between memory, public policies and identity.

Keywords: Patrimonialization. Identity. Cultural Heritage. Memory. Modernism.

Resumen: Este artículo pretende trabajar sobre la historicidad y patrimonialización de las escuelas modernistas de Minas Gerais proyectadas por el arquitecto Oscar Niemeyer en los municipios de Belo Horizonte, Cataguases y Diamantina. En particular, las siguientes instituciones: Escuela Estadual Governador Milton Campos, Escuela Estadual Manuel Inácio Peixoto, Escuela Estadual Júlia Kubitschek. Busca establecer vínculos entre las políticas de protección del patrimonio, en la articulación entre memoria, políticas públicas e identidad.

Palabras clave: Patrimonialización. Identidad. Patrimonio cultural. Memoria. Modernismo.

¹ Universidade Federal de Viçosa. E-mail: brunofioravante72@gmail.com.



Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a historicidade e o estilo construtivo das edificações escolares projetadas pelo arquiteto modernista, Oscar Niemeyer, em Minas Gerais. Além disso, a motivação das políticas públicas patrimoniais que consagraram esses prédios como patrimônio histórico, especialmente, nos municípios de Belo Horizonte, Cataguases e Diamantina, entre os anos de 1945 e 1961.

Os prédios em questão são a Escola Estadual Júlia Kubitschek (Diamantina), que possui tombamento em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, (IPHAN), inscrito no livro de tomo de Belas Artes, tipo de proteção conjunto, processo de número 0064-T-38; a Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto (Cataguases), denominada Colégio Cataguases, que conta com proteção em nível federal e municipal, tipo de proteção conjunto, registro municipal n. 1435/88, de 27 de novembro de 1988, e salvaguardado pelo IPHAN de 05/12/1994 – D.O.U. – Seção 3 – p. 24420; e, por fim, a Escola Estadual Governador Milton Campos, também denominada Estadual Central (Belo Horizonte), que possui proteção municipal. Todos os prédios escolares supracitados são exemplares da arquitetura modernista brasileira².

² Inventário, IEPHA, 2018.





Escola Estadual Júlia Kubitschek (Fonte: Acervo IEPHA-MG)



Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto (Fonte: Acervo IEPHA-MG)



Escola Estadual Governador Milton Campos (Fonte: Acervo Tameirão)

O movimento modernista brasileiro teve como marco inicial a Semana de Arte Moderna, realizada na cidade de São Paulo, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922. O evento, intitulado por Mário de Andrade como “modernista”, caracterizou-se por romper com o passado e com todos os modelos elaborados³, exaltando, assim, o novo. Para Andrade:

O modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas consequentes, foi uma revolta contra a inteligência nacional. É muito mais exato imaginar que o estado de guerra da Europa tivesse preparado em nós um espírito de guerra, eminentemente destruidor⁴.

Para o escritor e poeta, o propósito do movimento foi alcançado graças ao trabalho coletivo. Antônio Garcia Moya, apesar de ainda não ser arquiteto de formação, apresentou 18 desenhos entre os anos de 1919 e 1922. Para exemplificar: Entrada do Templo, Templo, Monumento, Panteão, Casa do Poeta, Túmulo, Mausoléu e Estudo para um

³QUEIROZ, Rodrigo; FREITAS, Maria Luiza de. Dos movimentos modernizantes ao espírito novo: arquitetura brasileira após a Semana de Arte Moderna. Revista USP. São Paulo, n. 94. p. 93-106. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45162/48774>>. Acesso em: 3 ago. 2020. p. 92.

⁴ ANDRADE, Gênese. Modernismos: 1922-2022. 1. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2022. p. 7-824. p. 252.



Mercado⁵. Os projetos sofreram críticas de intelectuais que participavam da Semana, segundo a autora Aracy Amaral (1970):

Em seus projetos apresentados na Semana, Moya, 'o poeta de pedra', como o chamava Menotti Del Picchia, tomou liberdades inauditas, talvez por partir mesmo da impraticabilidade das ideias com que sonhava. O momento real da arquitetura, mesmo para aqueles que então se consideravam ousados, era o do neocolonial amaneirado, prontamente consagrado pela oficialidade.⁶

Seguindo a mesma linha de Moya, foi apresentado na Semana de 1922, o projeto da Taperinha, de Georg Przyrembel. O arquiteto nasceu na Polônia e formou-se na Alemanha. Desembarcou no Brasil no início do século XX. Logo se interessou pela arquitetura colonial brasileira, o que o levou a iniciar uma viagem por Minas Gerais. Seu projeto também sofreu críticas por não apresentar uma nova arquitetura, pois baseava-se no neoclássico, arquitetura já realizada no país⁷.

Os projetos apresentados pelos arquitetos na Semana de Arte Moderna de 1922, segundo Mário de Andrade, não harmonizaram com a proposta do evento. Apesar de Moya ter seus desenhos elogiados, foi criticado pela sua utopia, e Georg Przyrembel, pela reprodução do que já vinha sendo produzido na arquitetura brasileira⁸.

A arquitetura moderna teve um impulso durante o Estado Novo, ditadura implantada por Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 e 1945. Arquitetos modernistas foram financiados para a construção de prédios públicos como modelo da modernização da nova política. O símbolo dessa dita modernidade é o prédio do Ministério da Educação

⁵ Idem. p. 98.

⁶ AMARAL, Aracy. Artes Plásticas na Semana de 22. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. pp. 15-321. p. 151.

⁷ Idem.

⁸ Idem.



e Saúde, localizado no Rio de Janeiro, que foi projetado para ilustrar tal ideia, tanto para a saúde quanto para a educação, que refletiria nos projetos das edificações escolares, cumprindo o propósito imposto pelo Estado Novo⁹.

Desta forma, pretende-se estudar a historicidade dos edifícios escolares citados anteriormente e analisar as políticas públicas realizadas para a patrimonialização desses prédios, através do Inventário das obras realizadas por Oscar Niemeyer em Minas Gerais, realizados pelo Instituto Estadual Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Estabelecer ligações entre as políticas de proteção patrimonial, na articulação entre a memória, identidade e ações de políticas públicas.

Patrimônio Cultural e seus significados

A palavra patrimônio tem sua origem do latim *patrimonium*, inicialmente fazendo referência ao bem privado e econômico pertencente ao pai de família, sendo privativo da aristocracia. Ao longo dos anos, o verbete teve seu significado ampliado, tornando-se cada vez mais heterogêneo e estendendo-se para o campo das expressões culturais, refletindo na identidade de diferentes grupos sociais, comunidades e cidades, fazendo-as patrimônio cultural. Sua história preservacionista tem início na Antiguidade: mesmo que discretamente, foi no Renascimento que se esboçaram os primeiros passos para uma preservação do que entendemos hoje como patrimônio cultural. Com uma visão monumentalista, priorizando a arquitetura greco-romana, os humanistas do período restringiam a proteção aos prédios da Antiguidade clássica, os quais, naquele

⁹ BENEVOLO, Leonardo. A história da arquitetura moderna. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. pp. 7-813.



momento, eram passíveis da necessidade de serem documentados, com o objetivo muito mais de se conhecer do que se preservar. Coube à Igreja Católica publicar as bulas papais tendo como propósito a proteção e a manutenção dos monumentos. As primeiras ações nesse sentido foram realizadas pelo Papa Martinho V, cujo papado durou de 1417 a 1431, sendo seguidas por várias outras bulas pontifícias com a finalidade de preservação. Uma das mais importantes bulas a esse respeito foi a publicada em 28 de abril de 1492 pelo Papa Pio II: de início este pontífice já difere monumentos de antiguidades, com a intenção de conservar não somente as basílicas, mas todas as edificações da Antiguidade e seus vestígios¹⁰.

Porém, o conceito moderno da palavra patrimônio, tem sua origem na formação dos Estados nacionais, momento no qual se formularia as primeiras normas referentes à salvaguarda dos bens culturais. A sua preservação institucionalizada pelo Estado data da Revolução Francesa (1789), período no qual se criou uma comissão responsável por proteger os bens que melhor representavam a cultura do país¹¹. A intenção era fortalecer os laços da população com a revolução, despertando nos cidadãos o sentimento de unidade e de compartilhamento de valores e costumes. Desse modo, tem início o conceito moderno de como entendemos hoje o patrimônio cultural, não mais ligado ao patriarcado e à religião, mas à ideia de pertencimento de todo um povo, com uma única língua, origem e território¹².

Para Françoise Choay, patrimônio cultural é entendido como um “bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou em

¹⁰ CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 56.

¹¹ COSTA, Everaldo. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. Finisterra, v. 47, n. 93, 2012.

¹² FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Zahar, 2006. p. 125.



dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se consagram seu passado comum”¹³. Segundo o historiador François Hartog, o patrimônio se define pelo dever da memória:

O patrimônio se apresenta como convite à anamnese coletiva. Ao “dever” de memória, com sua recente tradução pública, o remorso, ter-se-ia acrescentando algo como “a ardente obrigação”, não mais no Plano, como no tempo do General de Gaulle – outros tempos, outros costumes! –, mas do patrimônio, suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração¹⁴.

No Brasil, a proteção patrimonial é de fato institucionalizada no ano de 1937, por meio do Decreto-lei n. 25. Como instrumento de afirmação de políticas de proteção, o governo cria nessa época o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN). Por se tratar de uma ditadura, a seleção dos bens a serem protegidos era realizada sem a participação popular. Atendia à política de união nacional de Getúlio Vargas, que visava o fortalecimento do “Estado Novo” por meio da identidade nacional. Utilizava-se o tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural como forma de dar autenticidade à cultura brasileira¹⁵. O Decreto-lei n. 25 de 1937 define como patrimônio cultural “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por

¹³ CHOAY, Françoise. op. cit. 2001. p. 11.

¹⁴ HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2013. p. 9-263. p. 195.

¹⁵ MAGALHÃES, A. C. M. Patrimônio Cultural, Democracia e Federalismo: Comunidade e poder público na seleção dos bens culturais. 1. ed. Belo Horizonte: Dialética, 2020. p. 31-331. p. 48.



seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”¹⁶.

A consolidação da preservação do patrimônio cultural, em especial no Brasil, “envolve a construção de identidades coletivas a serviço da consolidação dos estados-nacionais modernos”¹⁷. Para Maria Cecília Londres Fonseca, o patrimônio cultural tinha como objetivo reforçar o sentido de cidadania, identificando símbolos que representassem a coesão nacional, e os bens culturais teriam a função de construir o mito de origem da nação, com o objetivo de legitimação. A salvaguarda dos bens culturais se fazia necessária pois cumpria uma função pedagógica, como forma de instruir os cidadãos. Sendo assim, o patrimônio cultural se justificava para além da preservação da cultura, atendendo a uma agenda de afirmação política e ideológica¹⁸.

O conceito de patrimônio passou a ser pensado em escala mundial, o que antes trazia consigo o sentido de bem privado, econômico, tornou-se abrangente e trouxe novas questões no que se refere à sua compreensão e à sua preservação. De acordo com Sílvia Helena Zanirato, patrimônio cultural pode ser entendido como um conjunto de bens culturais pertencentes à identidade de uma comunidade, a qual, sendo plural, engloba paisagens, arquitetura, tradições, gastronomia, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, tendo a valorização das comunidades e dos órgãos públicos administrativos nas esferas municipal, estadual, nacional e

¹⁶ BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1937. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 Jan. 2020.

¹⁷ JOHN, Nara Marlei. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. ANPUH-RS, XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio, v. 23, 2012.

¹⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p. 59-60.



internacional¹⁹. A preservação do patrimônio cultural não deve se limitar a alguns bens materiais, como por exemplo as edificações, mas sim em todas as manifestações culturais que representam uma comunidade e as múltiplas memórias que a ela estão ligadas. Segundo Márcia Chuva, a ampliação da noção de patrimônio foi sendo desenvolvida, em todo o mundo, entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980. Em seguida, o conceito foi ampliado pelo aumento da atuação do poder público na proteção do patrimônio cultural, com a criação de órgãos e a formação de agentes de poder envolvidos com a temática²⁰.

A Constituição Federal de 1988 ampliou o entendimento sobre patrimônio cultural em seu artigo 216, que o conceitua como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”²¹. No plano jurídico, entende-se como patrimônio cultural:

[...] o patrimônio histórico e cultural é o conjunto de bens, dentro do território nacional, que possuam em si um especial valor a demandar a necessidade de sua preservação, seja por sua característica histórica, paisagística, artística, arqueológica, paleontológica, ecológica, científica, dentre outras²².

¹⁹ ZINARATO, Sílvia Helena; CASTRO RIBEIRO, Wagner. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882006000100012. Acesso em: 16 out. 2020.

²⁰ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 146.

²¹ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 Jan. 2020.

²² SARAIVA, Stella de Oliveira. Patrimônio Cultural (p. 25). Editora Dialética. Edição do Kindle. (falta ano, local da publicação e a página está no local errado.)



Para Allan Carlos Magalhães, ainda no campo jurídico, o patrimônio cultural é entendido como uma expressão de solidariedade, promovendo a união da comunidade que compartilha o seu conjunto de bens e práticas culturais, suscitando em cooperação social²³.

A criação dos órgãos de proteção do patrimônio cultural, nas três esferas, nacional, estadual e municipal, concretiza ações de salvaguarda dos bens culturais do país. Criando condições políticas e jurídicas para a sua proteção. São muitos os desafios em torno da proteção do patrimônio cultural, porém, existem grandes avanços, como a ampliação do termo e sua compreensão que ao longo dos anos vêm sendo ampliada constantemente, contando com a contribuição das novas tecnologias que influenciam no cotidiano da sociedade, como a melhoria de transportes, comunicação, turismo e educação, ampliando o alcance dos bens culturais a uma parcela maior da sociedade²⁴.

Patrimonialização: suas formas e apropriações

A patrimonialização ocupou um papel importante na construção do imaginário de nação e no fortalecimento dos estados nacionais. Ao se investir em políticas públicas para a preservação do patrimônio nos é demonstrado o valor que os bens culturais possuem para a nacionalidade. Para fortalecer a ideia dos estados nacionais, usou-se de estratégias de legitimação política e simbólica, sendo

²³ MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. Patrimônio cultural, democracia e federalismo: comunidade e poder público na seleção dos bens culturais. Editora Dialética, 2020. p. 57.

²⁴ STUART, V. M. Integração sistêmica da atividade estatal de proteção do Patrimônio Cultural no Brasil. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional] Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017. p. 24.



justificada pela produção de uma identidade nacional ou pela unidade nacional. A educação, a memória e a imprensa ocupam um lugar de destaque na produção desse imaginário, que foi sendo enfraquecido na transição para o século XXI²⁵.

Com o fortalecimento da globalização, os estados nacionais passaram a ter como perspectiva a homogeneização e a padronização cultural. Condição decorrente de fatores, como: a migração populacional em massa, a urbanização realizada de forma acelerada, globalização econômica, mundialização da cultura, além da atuação de órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promovendo intervenções, e de movimentos sociais procurando seu reconhecimento como patrimônio cultural. São diversos os motivos que nos apontam para a fragilidade do estado nacional, levando-nos a convergir sobre suas implicações no campo da patrimonialização, suspeitando do papel do Estado como definidor de seu lugar na promoção do patrimônio²⁶.

A escolha de elementos a serem patrimonializados, seja no campo material ou imaterial, depende da interação de diversos grupos. Não há processos de salvaguarda sem a seleção de objetos, edifícios, lugares ou manifestações que representam o legado de uma comunidade ou grupos sociais. Tal seleção nem sempre reflete os anseios da sociedade. Por vezes, há uma construção identitária ideológica em um processo de patrimonialização, administrada por aqueles que são agentes líderes da cena patrimonial²⁷.

²⁵ SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Escolas, cidades e seus patrimônios: dinâmicas escolares de patrimonialização cultural. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.



Em todos os casos, se bem trabalhada, a sociedade tem a ganhar com o processo de salvaguarda dos bens culturais. Cabe aos agentes, promover e valorizar o patrimônio protegido. Desenvolver projetos na conservação e exposição do bem cultural, além de envolver todo seu conjunto, com o objetivo de educar, visando difundir uma cidadania compartilhada²⁸.

A patrimonialização cultural é um processo ligado ao culto da modernidade. É justificada pelos sentidos que a palavra patrimônio foi tomando ao longo do tempo, sendo apropriados pelos planos de identidade nacional e das demarcações simbólicas. Essas que delimitavam o que se entendiam por produções identitárias e os valores coletivos nacionais, sendo a patrimonialização “uma complexa operação seletiva que visa definir um conjunto de objetos, bens ou práticas representativas de uma determinada coletividade”²⁹.

A importância da patrimonialização para os grupos sociais organizados é a materialização de ideias abstratas, como a ideia de nação ou de surgimento de um município e as manifestações culturais que as caracterizam. Nesse contexto, ter um bem protegido passou a ser um certificado dado pelo Estado, sendo ele cultural ou nacional. Nota-se, que a patrimonialização na sociedade moderna, tanto com suas singularidades, quanto com suas diferenças, nos apresentam dois conceitos importantes: originalidade e autenticidade.

Podemos, pois, falar em processos de patrimonialização como um movimento próprio do Ocidente moderno, com a criação de agências nacionais e internacionais a formação de agentes, a definição de políticas públicas. Trata-se de um campo com

²⁸Geosaberes, Fortaleza, v. 5, número especial (1), p. 3 - 23, dez. 2014.

²⁹ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. Memória e novos patrimônios, v. 1, p. 67-93, 2015.



muitas disputas e um circuito próprio de circulação de ideias, práticas, artefatos, profissionais³⁰.

A memória social, na segunda metade do século XX, é colocada em segundo plano dando lugar à patrimonialização mercantil. É nesse momento que os olhos da preservação do patrimônio moderno tomam força, produzindo, às vezes, excessos. Apesar da ampliação da proteção patrimonial produzido pela CF 88, o modelo da patrimonialização industrial ainda prevalece. Muitas vezes, de forma contraditória, onde o poder da gestão pública determina o bem cultural que será glorificado com a proteção. O que faz da salvaguarda de um bem não seja exemplar da identidade comum, mas um bem a serviço da espetacularização, fazendo do instrumento de proteção, um instrumento de esfera política e do poder social³¹.

Ao fim dos anos 1970, o objetivo de patrimonializar é inserir as cidades contempladas no circuito turístico, seja nas esferas internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Assim, a construção de uma identidade passa a ser um capital simbólico, gerando novos enfoques políticos, econômicos e culturais. Com o objetivo de atender ao mercado, há uma exclusão das diversidades da memória e identidades. Tal fato, faz com que bens culturais de maior impacto midiático, com atrativo de investidores, sejam ligados às cidades detentoras do bem, minando muitas vezes, as identidades que coexistem no mesmo espaço urbano³².

³⁰ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. Memória e novos patrimônios, v. 1, p. 67-93, 2015.

³¹ SANTOS, Thais da Silva. Patrimonialização e preservação da arquitetura moderna, preceitos e práticas em intervenções: o caso do Centro Cultural FIESP em São Paulo. 2019.

³² SANTOS, Thais da Silva. Patrimonialização e preservação da arquitetura moderna, preceitos e práticas em intervenções: o caso do Centro Cultural FIESP em São Paulo. 2019.



Tais processos de salvaguarda sofrem mudanças profundas em sua metodologia, absolvendo o conceito antropológico de cultura. A terceira mudança ocorre no fim dos anos 1970, início dos anos 1980. É marcada pela publicação, em 1989, da Carta de Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares³³.

Essa década é marcada por políticas internacionais de preservação, tendo como referência a UNESCO. O surgimento da patrimonialização global nos leva a refletir sobre a sua produção em escalas cada vez maiores, nos apresentando uma contradição entre a preservação e a mercantilização. Ressalta-se, que a mercantilização do patrimônio cultural só é possível com a implementação da preservação³⁴.

Como um local mercantilizado, valorizamos com ele a luta de classes, simbolizado por quem consome ou se apropria do bem cultural. A estrutura social está ligada à arquitetura, sendo revelada em sua estética. Pode-se dizer, que nossa sociedade é fruto, em partes, de crises políticas, econômicas e religiosas, que se materializam nas cidades, sendo estes, espaços condutores do emocional social³⁵.

Alguns desses espaços são alçados a bens culturais por meio do processo de patrimonialização, que “podem ser caracterizados como uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a vida urbana”³⁶.

Em um mundo cada vez mais globalizado e neoliberal, a UNESCO busca constatar a necessidade de preservar a singularidade

³³ LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. Cadernos Metrópole, n. 21, 2009.

³⁴ Idem.

³⁵ DA COSTA, Everaldo Batista. Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana: totalidade-mundo. Humanitas, 2015.p.40.

³⁶ LEITE, Rogério Proença; PEIXOTO, Paulo. Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. Cadernos Metrópole, n. 21, 2009.



ou a especificidade local. Temas, como patrimônio imaterial ou intangível, teriam destaque especial, sendo implementados pelos estados-membros como política pública. A grande conquista nesse período é que a patrimonialização será marcada por diálogos entre várias agências locais, nacionais e internacionais. E o mais importante, envolvendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e coletivos de camadas populares, que contam com a contribuição das tecnologias, fazendo com que as instituições estatais monopolizem o domínio quase que total da patrimonialização³⁷.

Ao eleger uma edificação como patrimônio cultural, os agentes culturais a interpretam por meio de uma linguagem a que são expostas pelos seus elementos estéticos e construtivos. É parte de um testemunho material que o torna monumento, se a ela for atribuído valores sociais, históricos, artísticos e estilísticos³⁸.

A patrimonialização é parcial e seletiva. Mantém relações estreitas com o poder, sendo, assim, sua produção social, como a construção das cidades e de identidades, temas de constante negociação. Para que a salvaguarda de um bem se torne um serviço à sociedade e pertencente a todos, sendo capaz de responder demandas sociais e culturais nos campos econômicos, ambientais e políticos, é preciso equilibrar os poderes entre o mercado, Estado e sociedade civil, tendo como objetivo a promoção de novas formas de apropriação das comunidades, de agentes históricos que atribuem no verdadeiro valor ao bem protegido³⁹.

³⁷ ABREU, Regina. op. cit.

³⁸ DE SOUZA, Giane Maria; BRÜSKE, Dinorah Luisa de Melo Rocha; SOUZA, Luiza Morgana Klueger. Arquivo Histórico de Joinville—O processo de patrimonialização da arquitetura moderna e institucional como monumento e documento. *Revista Confluências Culturais*, v. 9, n. 1, p. 68-80, 2020.

³⁹ PERES, Janaina Lopes Pereira. *Patrimonialização e desenvolvimento: conexões e contradições em Brasília*. 2016.



A história das edificações escolares e sua expressão identitária

No ano de 1930, ao tomar o poder, Getúlio Vargas, juntamente com intelectuais modernistas, começam a planejar a identidade cultural do país, procurando organizar uma nova ordem sociocultural identitária, utilizando da educação e seus espaços. A escola passa a ser o grande divulgador de um projeto de nação. Não apenas pelo seu desenvolvimento didático, mas, também, pela sua representação arquitetônica, “seu espaço, tempo e símbolos”. Como nos aponta a pesquisadora Fabiana Valeck de Oliveira, a incorporação de elementos culturais a sua decoração influenciam na educação dos alunos⁴⁰. Segundo o arquiteto Lúcio Costa, fazia-se necessário, rever o ensino na educação primária e secundária, estreitar o contato do aluno com a arte “...não com o objetivo de fabricar artistazinhos precoces, mas com a intenção de transmitir as crianças e aos adolescentes em geral a consciência do fato artístico como manifestação normal de vida”⁴¹.

As escolas – Escola Estadual Júlia Kubitschek (Diamantina); Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto (Cataguases), denominado Colégio Cataguases, Escola Estadual Governador Milton Campos, também denominada Estadual Central (Belo Horizonte) – atendem a essa ideologia modernista, implantada a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder, e que ainda tem repercussões nos dias atuais.

Ao analisarmos o espaço da escola Estadual Manuel Inácio Peixoto (Cataguases), percebemos a interação, logo de imediato, dos alunos com elementos artísticos, que despertariam no estudante seu sentimento de nacionalidade. Em seu *hall* de entrada encontra-se

⁴⁰ BARACHO, Cláudia Elizabeth. Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961. Diamantina: UFVJM, 2016.

⁴¹ DO NASCIMENTO, FLÁVIA BRITO. Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos. 2012.



exposta a clássica obra de Candido Portinari intitulada “Tiradentes”, conta ainda com o museu de Arte Popular do Colégio de Cataguases. Em seus anos iniciais, por iniciativa do escritor Marques Rabelo, o museu recebia artistas como: Iberê Camargo, Jean Lucart, Jan Zach, Guignard e Di Cavalcanti⁴². No pátio, está instalada a obra de Jan Zach, “O pensador”, e o painel, “Abstrato”, de Paulo Werneck⁴³. Ainda no campo cultural o prédio, em seu primeiro piso, é equipado com um grande auditório com capacidade para 500 pessoas, conta com um amplo refeitório de 190 metros quadrados, no mesmo pavimento possui uma área coberta com 420 metros quadrados, onde está instalado o mosaico do artista já citado Paulo Werneck, todos sendo instalados no primeiro pavimento, que contam ainda com um salão de festa, diretoria, secretaria e banheiros. As salas de aula estão localizadas no segundo pavimento, assim como, o anfiteatro, laboratório, salas de professores e banheiros. O terceiro pavimento abrigava os antigos alojamentos, que atualmente foram transformados em salas de aula, o andar é equipado de uma biblioteca, sala de especialistas e banheiro. Na área dedicada aos esportes, a escola contava ainda com um amplo centro esportivo, equipados com quadras e uma piscina olímpica, infelizmente, esses equipamentos estão em desuso, e, portanto, deteriorados⁴⁴. No paisagismo contou com a participação de Roberto Burle Marx. A escola Estadual Manuel Inácio Peixoto, é um exemplar completo do ideal identitário proposto pelos modernistas para a educação⁴⁵.

Não diferente, a escola Júlia Kubitschek (Diamantina) atende ao mesmo propósito modernista. Diferente dos demais grupos escolares

⁴² Inventário, IEPHA, 2018, Ficha_EAU_ColegioCataguases.

⁴³ Inventário, IEPHA, 2018, Ficha_CGS_EECataguazes_Mosaico.

⁴⁴ Inventário, IEPHA, 2018, Ficha_EAU_ColegioCataguase.

⁴⁵ Inventário, IEPHA, 2018, Ficha_EAU_ColegioCataguase.



da cidade, a edificação, em seu projeto, utiliza de mãos francesas em sua estrutura, “partindo da laje de piso para o pavimento superior. No seu *hall* de entrada, está exposta uma obra de Di Cavalcanti, sem título, e um busto da professora Júlia Kubitschek, imagem elaborada pelo artista José Amedée Péret⁴⁶, contendo ainda a sala da direção e professores e uma sala de espera, sendo adornados por mobílias que seguiam a “sofisticação do edifício”⁴⁷.

Em Belo Horizonte, no ano de 1956, é inaugurado o edifício que passa a abrigar a Escola Estadual Governador Milton Campos. Suas características não diferem muito de outras que exprimem o ideário modernista. Sua localização está entre o Museu Histórico Abílio Barreto, que reúne um rico acervo sobre a história de Belo Horizonte, e o tradicional clube do Minas Tênis⁴⁸. Assim como as edificações anteriores, em seu *hall* de entrada, conta com a obra de arte “Mulher Reclinada” do artista Alfredo Ceschiatti, inicialmente, a obra escultórica foi projetada para ser instalada em frente ao auditório da escola, sendo transferida para seu local atual⁴⁹.

A implantação ideológica imposta pelo Estado Novo e sua consolidação como um movimento de política identitária dependiam da articulação entre o poder público e agentes da cultura modernista nacional, em especial na educação. Para isso, era fundamental a criação de um espaço “sociopoliticamente construído, e psicologicamente representado”⁵⁰. Assim, a ideia de uma nova arquitetura escolar, que representasse o novo, a modernidade, se fazia necessária, se tornando uma “representação social” transmissora dos

⁴⁶ Inventário, IEPHA, 2018, Ficha_DMT_EEJuliaKub_DiCavalcanti.

⁴⁷ Inventário, IEPHA, 2018, EAU_EscolaProfessoraJuliaKubitschek.

⁴⁸ Inventário, IEPHA, 2018, Ficha_EAU_EEGovM Campos.

⁴⁹ Inventário, IEPHA, 2018, Ficha_BHE_EEGovM Campos_Guanabara.

⁵⁰ MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



ideais que interessavam ao modelo educacional brasileiro, “composta por figuras e expressões socializadas”⁵¹.

A indicação das escolas ao tombamento em nível estadual, nos mostra a intenção do IEPHA-MG, por meio de políticas culturais, em especial do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC) obras de Oscar Niemeyer, de dar a Minas Gerais uma identidade além do colonial, formando assim um caráter identitário com o movimento modernista⁵².

As escolas e sua patrimonialização através do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais IPAC-2018

Ao propor inventariar as obras do arquiteto em Minas Gerais, o instituto tem como objetivo de ser a “porta de entrada para uma das pautas de trabalho da instituição que é a pesquisa das obras modernistas presente no estado”⁵³ sendo um instrumento de preservação da arquitetura moderna em Minas. Para elaboração do IPAC, a Gerência de Identificação e Pesquisa (GIP), sob coordenação de Luis Molinari, estabeleceu os seguintes critérios para a seleção dos projetos arquitetônicos:

Autoria reconhecida: todas as obras que as autorias do projeto fossem confirmadas por assinatura ou depoimento do arquiteto;

⁵¹ Idem.

⁵² CANCLINI, Néstor García. A globalização imaginada. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 1-223.

⁵³ MOLINARI *et al.* DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado. M. 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado. Acesso em: 27 nov. 2020.



Autoria atribuída: a confirmação da autoria dos projetos será confirmada por meio de documentos e pesquisas já realizadas;

Intervenção: a realização de alguma intervenção feita pelo arquiteto em alguma obra;

Obra construída que não reflete o projeto de autoria do arquiteto: o projeto elaborado pelo arquiteto que diverge do prédio construído, ou aqueles projetos que não tem comprovação ligando a obra a Oscar Niemeyer, juntando-se a tudo isso, foi definido que somente as obras construídas e preservadas seriam contempladas no inventário.

Utilizando os seguintes critérios de seleção: se foi edificada, não executada, executada parcialmente ou demolida⁵⁴.

A pesquisa identificou 62 projetos vinculados ou elaborados por Niemeyer em Minas Gerais. A metade desses projetos foram executados, ou seja, 36 no total. Não executadas foram 23. Parcialmente executadas, 3. E apenas 1 em construção: a Catedral Cristo Rei. O gráfico abaixo elaborado pelo coordenador do projeto mostra.

⁵⁴ Idem.





Os projetos e os edifícios inventariados pela instituição demonstram a importância da relação do arquiteto Oscar Niemeyer e o movimento modernista com Minas Gerais, sendo por meio do poder público ou pela iniciativa privada. Ao se inventariar as escolas, e a sua escolha para um futuro tombamento pela instituição, fica evidente a importância dessas edificações, juntamente com os seus elementos integrados, para a difusão do ideal modernista no Estado. Cria-se, assim, uma identidade com o movimento em Minas Gerais. O poder governamental se instrumentaliza para ratificar o passado que o consagra, elegendo por meio das políticas públicas “uma série de heróis emblemáticos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, lugares simbólicos e uma paisagem típica, uma mentalidade particular.”⁵⁵

⁵⁵ THIESSE, Anne-Marie. A criação das identidades nacionais na Europa. São Paulo: Seuil, 1999. p. 14.



A arquitetura escolar reflete o que os governos desejavam transmitir para a sociedade: novos valores e atitudes do que o poder público entendia como um processo educacional, como um “...lugar de encontro e ainda convergência dos interesses da população.”⁵⁶ Sendo um transmissor e formador de nossa identidade, a proteção das edificações em questão, nos demonstra o desejo do então governo, de se vincular ao movimento modernista. Com isso, reforça a narrativa de que no Brasil, o Estado de Minas Gerais concentra a arte barroca e o modernismo, sendo que os próprios modernistas, ao ocuparem cargos no SPHAN, referendaram o estilo barroco como a arte universal da história do Brasil.⁵⁷

Considerações finais

Considera-se, por fim, a importância das políticas culturais envolvendo o patrimônio cultural, representadas pelos órgãos de proteção patrimonial, em especial no que se refere as escolas modernistas projetadas por Oscar Niemeyer e inventariadas pelo IEPHA/ MG. O papel fundamental das políticas patrimoniais nos mostram a importância das edificações abordadas no projeto a ser elaborado.

O estudo aborda uma temática voltada à memória de instituições escolares e suas políticas públicas, possibilitando uma abordagem inédita com base em material ainda não explorado no meio acadêmico. É um tema que se vincula também, com a questão

⁵⁶ LIMA, Ana Gabriela G. Diálogos entre arquitetura e educação na arquitetura escolar moderna.

⁵⁷ CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi (Rio de Janeiro), v. 4, p. 313-333, 2003.



do patrimônio como construção da sociedade, pois retrata valores e significados importantes.

O ineditismo da proteção das edificações modernistas escolares pelo Estado demonstra uma nova construção identitária acerca do patrimônio cultural em Minas Gerais, como afirmou o próprio IEPHA, “a realização do inventário tem como expectativa que o tema da arquitetura moderna esteja cada vez mais presente na realidade da preservação do patrimônio em Minas Gerais”⁵⁸.

Referências bibliográficas

AJZENBERG, Elza. A semana de arte moderna de 1922. Revista de Cultura e Extensão USP, v. 7, p. 25-29, 2012.

AMARAL, Aracy. Artes Plásticas na Semana de 22. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 15-321.

ANDRADE, Gênese. Modernismos: 1922 - 2022. 1. ed. São Paulo: Schwarcz S.A, 2022. p. 7-824.

ANDRADE, Mário de Mário de Andrade. Aspectos da Literatura Brasileira. 6a ed. Belo Horizonte/ Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Mário de Mário de Andrade. Aspectos da Literatura Brasileira. 6a ed. Belo Horizonte/ Itatiaia, 2002, pp. 253-80.

BARACHO, Cláudia Elizabeth. Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961. Diamantina: UFVJM, 2016.

BENEVOLO, Leonardo. A história da arquitetura moderna. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1937. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

CANCLINI, Néstor García. A globalização imaginada. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 1-223.

⁵⁸ MOLINARI *et al.* op. cit.



CASTRIOTA, Leonardo Barci. História da arquitetura e preservação do patrimônio: diálogos. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 43, 2007.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi (Rio de Janeiro), v. 4, p. 313-333, 2003.

COSTA, Everaldo. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. Finisterra, v. 47, n. 93.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Zahar, 2006.

GUEDES, Tarcila. O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Annablume, 2000.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2013. p. 9-263.

JACKSON, Kenneth David. Modernismos 1922-2022. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 7-824.

JOHN, Nara Marlei. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. ANPUH-RS, XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio, v. 23, 2012.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Modernidade e Modernismo. Estudos Ibero-Americanos, v. 10, n. 2, p. 151-160, 1984.

LAFETTÁ, João Luiz. A crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

LIMA, Ana Gabriela G. Diálogos entre arquitetura e educação na arquitetura escolar moderna.

LONDRES FONSECA, Maria Cecília. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MAGALHÃES, A. C. M. Patrimônio Cultural, Democracia e Federalismo: Comunidade e poder público na seleção dos bens culturais. 1. ed. Belo Horizonte: Dialética, 2020. p. 31-331.

MOLINARI et al. DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO



ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado. M. 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out. /2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_o_bras_no_estado](https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado).

MONTEIRO, LUCIANO. O movimento modernista e a construção de uma identidade nacional sob a égide do Estado Novo. *In*: Enciclopédia Itaú Cultural– Artes Visuais, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

QUEIROZ, Rodrigo; FREITAS, Maria Luiza de. Dos movimentos modernizantes ao espírito novo: arquitetura brasileira após a Semana de Arte Moderna. *Revista USP*. São Paulo, n. 94. p. 93-106. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45162/48774>>.

SARAIVA, Stella de Oliveira. Patrimônio Cultural (p. 25). Editora Dialética.

STUDART, V. M. Integração sistêmica da atividade estatal de proteção do Patrimônio Cultural no Brasil. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional] Universidade de Fortaleza, Fortaleza.

THIESSE, Anne-Marie. *A criação das identidades nacionais na Europa*. São Paulo: Seuil, 1999.

VELLOSO, Monica Pimenta. *História & modernismo*. Autêntica, 2013.

VELOSO, Mariza. *O Tecido do Tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan*. SciELO-Editora UnB, 2018.

ZINARATO, Silva Heleno e CASTRO RIBEIRO, Wagner Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882006000100012.

